

ESTADO DE SÃO PAULO

Ass. Const.

Política

Arinos nega que comissão é estatizante

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Cada uma das decisões tomada por aquele grupo de "notáveis" que se reúne periodicamente em um pequeno auditório do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, é imediatamente dissecada por críticos atentos. Mesmo nesse pequeno grupo de trabalho, as divergências são numerosas e, algumas vezes, encerradas com áspers discussões.

Essa severa vigilância — e até "algumas opiniões gratuitamente agressivas" — não conseguem abater o ânimo e as "inabaláveis" convicções do presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, professor e jurista Afonso Arinos de Mello Franco. "Vamos fazer o melhor trabalho — garante o ex-ministro —, pois estamos elaborando um texto que não é para ser aprovado e sim para servir à consulta e à inspiração da Assembléia Constituinte."

Arinos não aceita algumas críticas, principalmente as de que a comissão está sendo conduzida de maneira a formular um documento de caráter estatizante. Segundo ele, sua opção é a de "um político moderado", ao acreditar que os problemas nacionais só poderão ser resolvidos pela presença "forte e justiceira do Estado".

Com essa argumentação, Arinos sustenta e repete a frase que chegou a criar algum mal-estar entre os que acompanham a elaboração dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais: "O Estado é forte porque as empresas são fracas". "Quando disse isso — explica — não queria me referir à fraqueza no sentido que pode ter sido atribuído, no sentido mental ou do ponto de vista de competência."

"Falei no sentido da impotência de recursos para atender às necessidades imediatas dos problemas nacionais. São problemas que surgiram diante da grande transformação urbana sofrida pelo País, pela situação a que chegou o conflito da propriedade da terra, pela necessidade de educação de grandes massas de letrados e sem assistência, que não se pode resolver através da escola privada. São recursos imensos que têm de ser investidos e, se não o forem, serão produzidas gerações sucessivamente mais carentes, mais incompetentes, mais marginalizadas, mais dotadas do poder criminoso e da violência."

"E essas mesmas dificuldades grandiosas têm de ser enfrentadas em outras áreas — prosseguiu o jurista —, como a da saúde, que não poderá jamais ser resolvida através de hospitais particulares. Os recursos para essas soluções têm de ser tirados pelo Poder Público e aplicados por ele."

O ex-ministro reconhece que as desconfiâncias nos governantes podem ter fundamento, "pois esse mesmo Poder Público foi desvirtuado e achincalhado por 20 anos de governos ditatoriais militares que tomaram iniciativas das mais inconseqüentes, das mais contraditórias, das mais vexatórias e das mais impositivas. Acontece hoje, no País, a liberação de um represamento de frustrações que existem há mais de 20 anos. E é claro que isso surge com o ímpeto de todas as coisas represadas e explode numa série de reivindicações".

O ESTADO JUSTICEIRO

Arinos busca sempre na História a tranqüilidade para aceitar, sem nenhum receio, a situação, afirmando que "não há o que temer, há o que resolver". E insiste que somente a "insubstituível ação do Estado poderá procurar essas soluções. O Estado sempre foi uma espécie de planta arquetônica dos poderes e de inter-relacionamento entre eles. A participação desse esquema na vida de sociedade, no entanto, foi sempre muito remota, mas as reivindicações da sociedade nesse período também eram distantes".

"Com o crescimento do País, o aumento da população, o próprio crescimento econômico — sempre equilibrado por fatores negativos extremamente complexos, poderosos, pesados —, está sendo exigida uma ação estatal que em momento algum poderá ser substituída por qualquer empresa privada."

Arinos insiste na diferenciação entre o seu ponto de vista "moderado" e uma possível posição estatizante. Segundo ele, o pensamento moderado é exatamente o contrário, já que não opta entre a ação revolucionária direta e a nostalgia de uma nova intervenção militar, para tentar solucionar os problemas brasileiros.

"Só a presença forte e justiceira do Estado pode resolver os grandes problemas nacionais. Tenho uma convicção inabalável nisso. Convicção de antigo professor de História, de Direito, de politólogo, de sociólogo, enfim, de tudo aquilo que é a minha obra e a minha vida. É um testemunho, pois assisti à formação disso aí. Em 50 anos de vida pública, estou assistindo."

O presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, no entanto, não admite que o trabalho final do grupo possa refletir apenas o seu pensamento ou o de alguns dos grupos ali representados. "A nossa comissão não é numerária e sim paritária, como queria o presidente Tancredo Neves. Ele não chegou a se utilizar dessa palavra quando falou comigo, mas, pelo que sempre dizia, sua intenção era essa: ter dentro da comissão a representação autêntica de muitos setores importantes da sociedade. A opção numerária só surge quando se opera a sucessão entre o debate e a votação, pois não há outra maneira de se extrair uma deliberação coletiva. No entanto, no processo de discussões faço questão da presença de todos os grupos integrantes da comissão."

DIVERGÊNCIAS NECESSÁRIAS

Para o professor Afonso Arinos, é "absolutamente normal e até necessário" que surjam divisões e opiniões diversas durante os debates da comissão. "É comum que as pessoas que discordam manifestem a razão de sua dissensão. Com isso constando nas atas da comissão, esses votos ficam como os testemunhos de posições divergentes."

Arinos também não considera "nenhum absurdo" que assuntos já discutidos e votados pela comissão voltem a ser debatidos. "Não somos um órgão decisório mas sim sugestivo, consultivo. Alguns assuntos que já foram deliberados podem voltar a ser vistos para a elaboração de algum substitutivo."

O jurista enfatizou ser preciso ficar bem claro que a Comissão de Estudos Constitucionais não tem a pretensão de elaborar "uma nova Constituição. Vamos fazer um texto que será inevitavelmente prolixo e detalhista, mas não tem a intenção de se transformar no documento constitucional. Pretendemos levar ao conhecimento da Assembléia Constituinte as posições assumidas pelos representantes idôneos de muitos setores da sociedade brasileira". Ele também disse que, só na Fundação Getúlio Vargas, "já recebemos mais de mil cartas contendo cerca de quatro mil sugestões".

João Zacharias

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
090

ESTADO DE SÃO PAULO
OFERTAS VÁLIDAS PARA SÃO PAULO (Capital e Interior)
R. Publicidade S.A. 087886